

# O pacote

**H**omem de bons e maus conselhos, Maquiavel recomendava ao príncipe fazer o mal na presteza do corte de afiada faca e o bem, tão lentamente quanto o despertar de flores ao oca-so do inverno.

Discípulo aplicado de tão matreiros ensinamentos, o presidente da República, candidato de si mesmo, aguardou a borrasca das eleições para anunciar, guardadas as urnas, o novo pacote econômico, elegantemente apelidado de "programa de ajuste fiscal", graças aos artifícios desta língua, agora nobelizada, que permite chamar a fome de desnutrição; impotência, de disfunção erétil; roubo de verbas públicas, de malversação.

Fosse o pacote benéfico ao maltratado povo brasileiro, tê-lo-ia o presidente candidato anunciado antes do pleito. Pois boas notícias são a matéria de campanhas eleitorais. Contudo, sabia FHC que o remédio faria purgar o doente, agravaria o seu estado de saúde, mas, e é o que importa, aliviaria o médico do peso das dívidas que tanto o atordoam.

Ao tomar em mãos as rédeas da República, FHC deparou-se com um Estado que devia cerca de R\$ 61 bilhões. Ainda assim, fez o que agora não aconselha: gastou mais do que arrecadou. O montante subiu para R\$ 340 bilhões. Sem nenhuma autocritica, o que não é de seu feitio, pede agora que pague-mos. Não todos, pois o governo tem razões que a Nação bem co-



**O governo FHC fez o que agora não aconselha: gastou mais do que arrecadou**

nhece. Assim, dá-se alforria a militares e parlamentares. Por motivos que constroem o ministro Malan ao esforçar-se por explicar a quadratura do círculo.

O pacote, proclamado pelo presidente e explicado por seu ministro da Fazenda, é para nós – sem, no entanto, ser nosso. Foi concebido e gestado em Washington, nas oficinas do FMI, onde o diabo

se diverte. Endividado e obrigado a raspar o fundo de suas reservas, o Brasil foi ao Fundo. Tudo para tentar financiar o déficit interno acumulado por força dos juros vitaminados pelo governo para atrair capital especulativo e formar reservas.

Faca à mão, o presidente promove cortes no esquelético corpo da Nação. A começar pelo aumento de impostos. Que haja isonomia entre inativos dos serviços públicos e privados, é justiça que já tarda. Ocorre que a guilhotina oficial desce sua lâmina na saúde e na educação, nos projetos agrícolas e na política de combate ao desemprego.

Nenhum corte no número de corruptos que se locupletam com o dinheiro público, nas mordomias palacianas, nas pirâmides faraônicas do Poder Judiciário, nas dinásticas pensões dos militares, nas grandes fortunas de pessoas físicas que se valem da labiríntica arte de sonegar, acolitadas pela impunidade e, agora, estimuladas pela exceção.

Como é possível à vã razão do vulgo entender tanto alarde

ante a urgência de economizar R\$ 28 bilhões, se o País, por incompetência oficial, convenientemente atribuída à crise internacional, perdeu R\$ 26 bilhões de suas reservas entre agosto e setembro, sem que FHC assumisse o fracasso?

Tudo por conta da opção de menos produção e mais especulação, sem que o governo tomasse medidas para evitar a sangria. Os juros continuam altos porque a filosofia política cardosiana é manter o Brasil na roleta do cassino global, à espera de jogadores, e ignorar os produtores, que poderiam tirar o País da crise.

E os R\$ 20 bilhões repassados pelo Proer para aplacar o desespero de banqueiros que viam seus bancos afundar e, hoje, aportam seus iates na Côte d'Azur e aterrissam seus jatos particulares no aeroporto de Miami?

Somos uma Nação de tontos. Desde que os militares se recolheram aos quartéis, com suas cornetas murchas, o Brasil conheceu uma sucessão de pacotes econômicos. Todos destinados a aliviar dores, nenhum capaz de evitar o agravamento da enfermidade. Meros placebos monetaristas, como o atual.

À raiz, à causa, não se vai. Fica-se na perfumaria; mudam-se os odores sem que se retire o entulho. Nenhum corte no arame farpado que protege o latifúndio, nos orçamentos superfaturados que envergam as mesas ministeriais, no bolso dos especuladores que obrigam o governo, de joelhos, a manter os juros altos. Ufa! Nem ao menos se cobra IOF do capital soropositivo: injetado de fora para dentro do Brasil, arranca-nos a soberania, a riqueza e a vida.

Tudo isso é como a história do profeta Natã com o rei Davi

(2 Samuel 12, 1-4): mata-se a ovelha do vizinho pobre para não privar o rebanho do rico de um único animal. Lá vamos nós, Pátria amada maltratada, rumo à recessão, com a bocarra do desemprego a engolir dignidade e esperanças. A CPMF transforma-se em CDMF, já que o provisório se instaura, avantajado, como definitivo.

Não fosse assim tão lesivo aos interesses nacionais, teria o chefe da Nação convocado, para debater o pacote, não só os empresários que se fartaram de boa mesa palaciana na noite de domingo, 25 de outubro, mas também líderes sindicais, dirigentes de movimentos populares, representantes da sociedade civil – enfim, aqueles personagens que figuram como protagonistas em seus escritos.

Eis-nos próximo de um Natal sem vacas, pois das magras já se fez o caldo de cultura tão a gosto das ovelhas que abai-xam a cabeça diante de tudo o que o rei mandar. O ministro alega que o peso da carga tributária é a contribuição compulsória a um Estado que nada produz. Mas produzia. E angariava rendas, porque antes deste governo que nos governa o Brasil possuía empresas lucrativas como a Vale do Rio Doce, a Telebrás, etc., que não lhe impunham a vergonha de entrar na fila da mendicância internacional.

Também, pudera, FHC conta com a aprovação de 35.936.918 brasileiros que o reconduziram ao poder. Haja o que houver, essa gente não tem do que reclamar. Nem da extorsão tributária nem do calote eleitoral.

■ Frei Betto, escritor, é autor de *Cotidiano & Mistério (Olho D'Água)*, entre outros livros